

Dívidas impagáveis

públicas

A dívida interna superou a barreira dos US\$ 90 bilhões, segundo a régua de diferentes economistas. O que isso quer dizer, na vida real? Nada além de uma nova medida daquilo que pode ser classificado como o grande minueto da economia brasileira neste final de século.

Trata-se de uma gigantesca montanha de papel, na quase totalidade títulos emitidos pelo setor público, em cima dos quais um seleto grupo da elite nativa construiu admiráveis fortunas individuais a uma velocidade impressionante, do ponto de vista histórico.

O custo desse crédito dado ao governo foi tão alto que o setor público quebrou. Consolidou-se a idéia de que são títulos incobráveis. Ou seja, seria uma dívida impagável por qualquer critério de racionalidade das relações econômicas. E como todos estariam trabalhando com a certeza de que a dívida é impagável, não haveria motivos para pânico.

Os exemplos dessa postura estão no cotidiano. Um deles até entrou como item na agenda do presidente da República para a próxima semana: a dívida do Estado de São Paulo, o mais rico da Federação, com seu próprio banco, o Banespa, há meses sob a gerência do Banco Central.

É curioso, Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas estão marcando um encontro para discutir aquilo que o governador paulista já classificou como dívida impagável. Ela aumenta US\$ 20 milhões a cada 24 horas e ninguém sabe exatamente quanto totaliza — o Banco Central tem um número, o governo paulista tem outro.

Tudo indica que vai ser uma reunião interessante: Fernando Henrique, de um lado, no papel de credor de uma dívida que Covas, o devedor, julga impagável não porque não queira pagar, mas porque mesmo se desejasse não teria como.

A recente oferta do governador para troca da dívida por imóveis como aeroportos, parques, jardins, zoológicos e coisas parecidas pode ser vista como uma medida exata da consciência da elite sobre a realidade da dívida interna: como ela vale qualquer coisa, não vale coisa nenhuma.

O problema central, porém, permanece. Trata-se do que o governo pretende e pode fazer em relação a essa montanha crescente de títulos públicos incobráveis, fator de entrave de qualquer ação de estabilização econômica mais ambiciosa.

Ou seja, em algum momento adiante, o governo terá de decidir o que fazer com a montanha de títulos públicos que não pode resgatar pelo valor de face. À margem de hipóteses sustentadas pela hipocrisia, paira a idéia do calote. Depende da dimensão dele e, sobretudo, quem vai ficar com o pedaço maior do "mico".

Uma sucessão de pequenos calotes vem sendo dada na esteira dos sucessivos planos de estabilização da moeda. E não é só. Portadores de títulos da dívida agrária há muito não conseguem converter seus papéis em moeda sonante, como algum dia, talvez, tenham sonhado. Na contabilidade pública, o próprio governo evita reconhecer como parte integrante da dívida interna rombos como o do Fundo de Compensação de Variação Salarial.

Dívida com empreiteiros? Para o governo, não são dívidas, são "atrasos de pagamentos", até porque estariam superfaturadas. No auge da agonia do Banco Econômico, o grupo Odebrecht tentou pôr em prática uma idéia:

disse ao governo federal que topava assumir um pedaço do banco baiano — seu interesse não era financeiro, mas petroquímico — oferecendo como pagamento títulos dos governos paulista e baiano que adormeciam nos seus cofres, sem chance de liquidação. Ninguém, no governo, quis prolongar a conversa em torno dessa proposta. Nem de idéias semelhantes.

A conversa entre Fernando Henrique e Covas sobre a dívida de São Paulo com o Banespa tende a ganhar expressão na medida em que indique a efetiva vontade e disposição dos governantes de enfrentar e dar uma solução política — única possível — ao mais grave problema econômico desta década. Caso contrário, será uma nova conversa de raposas sobre lobisomens na floresta em que vivem.



■ José Casado é jornalista

Covas, o devedor, julga a conta impagável porque mesmo se desejasse pagar não teria como